



# Corpo a corpo resiste na era digital

Mesmo com inteligência artificial e estratégias digitais, candidatos mantêm maratonas de até 16 horas diárias pelas regiões do DF para romper bolhas, ouvir demandas e construir proximidade com o eleitor. Especialistas destacam a importância dessa estratégia

» IAGO MAC CORD  
» MILA FERREIRA

A disputa eleitoral no Distrito Federal neste ano escancara a dualidade entre a modernidade das telas de celulares e o tradicionalismo das ruas. De um lado, comitês buscam a eficiência de algoritmos e ferramentas de inteligência artificial para segmentar eleitores. De outro, candidatos veem-se em jornadas exaustivas de até 16 horas diárias, percorrendo feiras e terminais de ônibus em busca do clássico aperto de mão.

Cientistas políticos, advogados eleitorais e concorrentes ouvidos pelo **Correio** concordam que, embora o retorno em votos de uma maratona pelas Regiões Administrativas (RAs) não seja estritamente proporcional ao esforço, a presença física é indispensável para humanizar campanhas, quebrar bolhas da internet e assegurar a sobrevivência de quem não dispõe de amplos recursos ou tempo de televisão.

O valor do contato direto varia conforme o cargo. Na avaliação do cientista político Valdir Pucci, o corpo a corpo é vital para postulantes a deputado federal e distrital. Com poucos segundos de TV e escassos recursos digitais, as ruas são a única via para se tornarem conhecidos. “A internet conversa muito com algoritmos, ou seja, muitas vezes, os candidatos estão falando com as suas próprias bolhas.”

Em contrapartida, para cargos majoritários do Executivo, como o de governador, o aperto de mão assume caráter simbólico. A presença de nomes conhecidos, como a governadora Celina Leão (PP) e o ex-governador José Roberto Arruda (PSD), cumpre função ritualística de reforçar a imagem, já que a penetração de massa é garantida pelos veículos tradicionais e pelo investimento digital.

A dinâmica de locomoção no DF exige planejamento para evitar o esgotamento físico. Pucci adverte que transitar de forma aleatória pelas RAs é uma tática geograficamente ineficiente. “As pessoas no DF tendem a votar, em sua grande maioria, em pessoas próximas. Pessoas que elas conhecem ou pessoas que, de alguma forma, são conhecidas de um conhecido, de um parente”, destaca o cientista político.

Por isso, é mais eficaz concentrar forças onde há afinidade pessoal e profissional, utilizando a rua para ouvir o cidadão de forma qualificada e evitar a desconfiança em relação ao político que reaparece no período eleitoral para comer pastel em feiras.

## Estratégias

A relevância da rua é defendida pelos postulantes ao governo local. Celina Leão adota o rótulo de “governadora de botina”, destacando que a presença física serve como termômetro de gestão. “Estarei, sim, nas ruas sempre que as minhas atividades como governadora permitirem. E, nos fins de semana, quero estar presente nas nossas cidades, ouvindo, conversando e, principalmente, entendendo de perto as necessidades da nossa população”, afirma.

O candidato do PSD ao Governo do DF, José Roberto Arruda, ressaltou que faz questão de estar perto das pessoas. “Quando eu fui governador, nunca fiquei encastelado.

Mila Ferreira/CB/D.A Press



Os feirantes do Gama reivindicaram a reforma dos banheiros



Leandro Grass em visita a comunidade de Samambaia



Kiko Caputo em inauguração de comitê, com apoiadores

Eu gosto de gente. Quando você vai na cidade e ouve as pessoas, é diferente. É aí que você sente os problemas reais. Isso modela o nosso discurso, a nossa proposta. Se você quer se preparar para ser um bom governador, tem que conhecer a cidade, tem que conhecer as pessoas, e é o que eu faço”, diz.

Leandro Grass (PT) destacou que, por ser professor, sociólogo e gestor público, sempre teve o hábito de ouvir as pessoas. “É a melhor maneira é pelo contato direto. Por isso, o corpo a corpo é o coração da nossa caminhada. Esse contato mais próximo nos permite olhar nos olhos das pessoas, sentir de perto a dor de quem aguarda meses na fila da saúde ou de quem perde horas no transporte público, e acolher essa urgência de mudança que Brasília tanto precisa. Não dá para governar de dentro de um gabinete fechado”, frisa.

Paula Belmonte (PSDB) sustenta que a política exige contato direto com a realidade, sem o contorno burocrático dos órgãos oficiais. “Quem pretende governar precisa conhecer a cidade para além

dos gabinetes e das redes sociais. É desse contato direto que vêm muitas das melhores soluções e é assim que eu acredito que se constrói um governo verdadeiramente conectado com as pessoas”, comenta.

Ex-presidente da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), Ricardo Cappelli (PSB) concorda com essa visão e afirma manter agendas diárias por acreditar que nenhum recurso tecnológico substitui o diálogo franco. “Estou na rua e estarei nas ruas todos os dias. Estamos conversando com as pessoas, ouvindo a população e apresentando as nossas propostas”, destaca.

Samara Mineiro (UP) diz que o corpo a corpo é sua principal forma de fazer campanha. “É onde escutamos as demandas e insatisfações do povo e também apresentamos nossas propostas. A UP é um partido construído por vários movimentos sociais, como o Movimento de Mulheres Olga Benário, que, mesmo fora do processo eleitoral, têm essa prática cotidiana de contato direto com a população”, explica a candidata.

Roberto Rodrigues/Divulgação



Arruda discursou sobre políticas de acolhimento e infraestrutura local



Paula Belmonte distribui panfletos em caminhada na W-3 Norte



Ricardo Cappelli cumprimenta eleitora e ouve demandas

Kiko Caputo (Novo) frisa que o corpo a corpo, na campanha dele, tem importância máxima. “Como não teremos tempo de rádio e de televisão, o contato direto com a população será um dos principais pilares da campanha. Queremos estar nas ruas, percorrer todas as regiões administrativas, ouvir as pessoas, apresentar nossas propostas e entender de perto as prioridades de cada RA. O corpo a corpo é insubstituível, porque permite uma relação mais franca, direta e verdadeira com o eleitor”, assinala.

## Humanização

Para o advogado eleitoral Juarez da Silva, o corpo a corpo humaniza candidaturas e permite ao cidadão confrontar o político sem os filtros estéticos das redes. Segundo o especialista, o eleitor quer “olhar nos olhos”, “quer ver como o político reage à pressão” e “ao questionamento direto”.

Cientista político e especialista em democracia participativa, Rócio Barreto explica que, em um cenário

dominado por inteligência artificial e comunicação digital, a tecnologia amplia o alcance, mas não substitui a relação humana. “Estar na rua permite aos candidatos ouvir demandas, identificar problemas locais e, principalmente, construir uma percepção de proximidade, uma relação mais próxima com o eleitor, que é uma forma de valorizar o candidato”, analisa.

“Mas só o corpo a corpo não se converte em voto, automaticamente. Pode até influenciar o eleitor e conquistar o espaço no imaginário dos indecisos. A inteligência artificial e ferramentas digitais cumprem outro papel, que é redimensionar essa conexão e ampliá-la. O diferencial está na combinação dos dois mundos: tecnologia para ampliar a comunicação e contato presencial para humanizar a candidatura corpo a corpo. A eleição continua sendo uma disputa de confiança”, observa Barreto.

## Limites

A transposição da rua para o ambiente digital e a ocupação urbana

geram desafios perante as regras do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Juarez pondera que a rua pertence ao cidadão e as campanhas não podem obstruir vias ou perturbar o sossego. Passeatas e bandeiradas são autorizadas, mas sem impedir o trânsito. O uso de aparelhos sonoros e de carros de som sofre restrições rigorosas, devendo estar atrelado a caminhadas ou comícios.

A distribuição de brindes — como camisetas, bonés e cestas básicas — é proibida para evitar vantagem material ao eleitor. “Se tiver utilidade, não pode. Em resumo, a campanha pode ocupar a rua, mas não pode tomar conta dela”, sintetiza o advogado da Silva.

O direito de imagem e a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) também exigem cuidado. Gravar o rosto de um pedestre e publicar no digital sugerindo apoio político, por exemplo, exige autorização expressa. A advogada Joacinará Jansen, especialista na área eleitoral e coautora do livro *Propaganda Eleitoral, Inteligência Artificial e Fake News*, frisa que um cumprimento cordial não implica concordância política.

“Imagine uma pessoa que cumprimenta um candidato por educação e, no dia seguinte, aparece em um vídeo de campanha como se estivesse declarando apoio político. A edição pode atribuir àquele cidadão uma manifestação que ele nunca pretendeu fazer”, alerta a advogada.

A cautela vale para templos religiosos, onde é proibido o uso de púlpitos ou sistemas de som para pedir votos. De acordo com Joacinará, a pergunta que a campanha deve fazer é simples: estou apenas frequentando esse local e dialogando com as pessoas ou estou utilizando a estrutura do espaço para produzir propaganda?

## Gargalos e fiscalização

Nos bastidores, manter rotinas de até 16 horas esbarra na prestação de contas. A advogada alerta que o perigo de desaprovação no Tribunal Regional Eleitoral (TRE) repousa no acúmulo de pequenas despesas cotidianas, como combustível, alimentação e militância, destacando que gastar primeiro para tentar documentar semanas depois é o erro mais comum.

Juarez da Silva reforça a necessidade de formalizar contratos e recibos imediatos. “Ao terminar a campanha, se o candidato ganhar a eleição, com certeza será fácil coletar assinaturas. Mas, se perder, é comum cabos eleitorais desaparecerem e entregarem documentos sem assinaturas. Sempre acaba em problema no TRE”, recomenda o especialista.

A comparação entre rua e digital também expõe uma assimetria na fiscalização. Joacinará argumenta que a campanha de rua é visível e deixa rastros fáceis de checar. “Na rua, enxergamos quem está tentando convencer o eleitor. No ambiente digital, muitas vezes, o eleitor nem percebe por que determinada mensagem chegou até ele”, conclui a advogada.

Ainda que os algoritmos ganhem espaço, os especialistas afirmam que a dependência das telas pode aprisionar o candidato à sua própria bolha. No DF das grandes distâncias, o aperto de mão resiste como canal elementar de construção de confiança política.